

UM POUCO DA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA NO BRASIL

Entrevista com o Professor Doutor José Borges Neto

Temos o prazer de apresentar, nesta Edição da Revista Línguas & Letras, entrevista¹ cedida pelo Professor Doutor José Borges Neto, pesquisador reconhecido pelo excelente trabalho que desenvolve na área da Linguística, com ênfase em Filosofia da Linguística. O Professor possui graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1972), Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1979) e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Professor titular da Universidade Federal do Paraná entre 1999 e 2010. Aposentado em 2010, continua atuando como Professor Sênior no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFPR e como professor sênior na Unioeste, no período de 2012 a 2016. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: Epistemologia da Linguística, Historiografia Linguística, Semântica Formal e Gramáticas Categoriais.

Entrevistadora: Professor, o senhor poderia falar sobre a sua trajetória como linguista?

Prof. Borges: É muito comum ouvir “Ah, eu desde pequeno me interessei por línguas”. Pois, eu nunca me interessei por línguas; eu não tinha nenhuma relação com a área de Letras. Durante minha vida inteira, tive alguma pressão familiar para ser advogado; tive alguma pressão por parte do meu pai, que queria que eu cursasse engenharia, engenharia química, metalúrgica, ou coisa desse tipo. No colégio em que eu estudava só havia duas possibilidades: Ciências Médicas ou Ciências Matemáticas. Na escola em que eu estudava não tinha clássico. Num único colégio de Curitiba, o Colégio Estadual do Paraná, havia o curso de Ciências Linguísticas, para a área mesmo de Letras ou o equivalente a Artes e Comunicação. Eu, obviamente, fiz ciências matemáticas e até a véspera do vestibular eu ia fazer engenharia química. Eu adorava química, só tirava nota boa em química. E, no fim, na hora de chegar o vestibular, eu resolvi fazer Direito. Bem, como todo vestibulando, que não sabe muito bem o que fazer da vida. E eu me inscrevi para o vestibular de Direito da Federal. Um amigo, que foi companheiro meu de primário, de ginásio, de científico, a vida

¹Esta entrevista foi realizada por Aparecida Feola Sella, gravada por Vanessa Raini Santana e Pablo Jamilk Flores. Vanessa Raini Santana transcreveu a entrevista. O texto foi revisado por Aparecida e pelo Professor Borges, a quem a Equipe desta revista agradece por mais esta colaboração.

inteira, disse: “Eu vou fazer um curso de Letras à noite [o Direito era de manhã], vou fazer um curso de Letras à noite na Católica.” Não era ainda o vestibular unificado. Cada instituição fazia o seu vestibular. Por exemplo, na Federal, Letras fazia um vestibular, Direito fazia outro vestibular. Então o vestibular de Letras da Universidade Católica na época – nós estamos falando do fim dos anos 1960 – consistia em uma redação e interpretação de texto. Eu me lembro de ter dito para esse amigo que fazia o vestibular para Letras se não tivesse de apresentar documentação, porque para a inscrição na Federal eram necessários muitos documentos distintos. Ele disse que, na Católica, “era só apresentar a carteira de identidade.” Então fiz o vestibular de Letras para acompanhar o meu colega. Não tinha nenhuma ilusão de passar, e passei. Ele também passou. Como eu almejava o Instituto Rio Branco, a carreira diplomática, conversei com o meu pai e ele concordou com a ideia e disse que pagaria o curso. Então fiz o primeiro ano em Letras, fiz o primeiro ano de Direito. Fiz o segundo ano em Letras, fiz o segundo ano de Direito, estudando os dois simultaneamente. Comecei o terceiro ano em Letras e não voltei para o curso de Direito. Nem tranquei matrícula, eu simplesmente não voltei. Eu sumi. É aquele caso de desaparecimento completo do aluno. Não se sabe se morreu. Eu simplesmente não voltei mais. Eu jamais seria um advogado e, no curso de Letras, eu fui até o fim. Já no segundo ano eu comecei a dar aula particular de linguística para os alunos que ficavam na segunda época. Era regime seriado, anual, não tinha crédito, não era esse sistema. Então o pessoal fazia a prova no fim do ano, reprovava, aí tinha uma segunda época. Nesse período da segunda época eu dava aula de linguística. Ganhava muito dinheiro dando aula particular de linguística. Comecei a trabalhar num cursinho pré-vestibular. Eu sempre digo: “Eu trabalhei em cursinho quando eu não sabia nada”. Porque para trabalhar em cursinho, quanto menos você souber, melhor, porque tudo vem pronto na apostila e fica fácil de reproduzir. Para se ter uma ideia, eu dava aula, no cursinho, de história da filosofia e lógica. Foi reflexo de uma disciplina de filosofia que cursei no fim do científico, com um professor muito interessante que me despertou certo gosto pelo assunto. Quando terminei o terceiro ano de Letras, comecei a trabalhar no Colégio Santa Maria, como professor contratado. Trabalhei uns anos. Formei-me no curso de Letras na Universidade Católica e, imediatamente, inclusive antes da formatura propriamente dita, assinei contrato como professor da Universidade Católica. Posso dizer que nunca saí da Universidade. Foi automática a passagem. Isso, como quadro geral. Agora, o que aconteceu, o que me encantou para ficar em Letras e largar Direito e outras coisas? Fiz um curso de Letras muito especial, num momento muito especial. Havia dois professores basicamente e alguns de seus assistentes na época envolvidos num trabalho de pesquisa de grande proporção. A ideia era a seguinte. Talvez eu tenha que contar um pouco da história da inserção da Linguística nos cursos de graduação para entender esse quadro. Darci Ribeiro, como Ministro da Educação, tornou a Linguística obrigatória nos cursos de Letras no Brasil e não havia linguistas para dar as aulas. Então ele encarregou a Universidade de Brasília de criar um curso para formar linguistas que suprissem essa falha no corpo docente das universidades e faculdades de Letras. E esses cursos, em nível de especialização na época, eram basicamente dados por estruturalistas americanos. Era o pessoal do SIL – Summer

Institute of Linguistics – vindo dos Estados Unidos, alguns já radicados no Brasil, que davam aula de metodologia de descrição linguística na linha estruturalista mais ortodoxa. Eles trabalhavam basicamente numa linha que é conhecida como tagmêmica, cujo autor é o Kenneth Pike. Então é a linguística pikeana que era apresentada nesses cursos de especialização. Por ser uma técnica relativamente simples, formava especialistas rapidamente: os cursos apresentavam a técnica e os concluintes descreviam a língua. A técnica foi criada para descrever línguas indígenas, mas servia para formação inicial de linguistas, capazes de descrever língua, perceber detalhes nas línguas. Bom, uma das pessoas que fez esse curso de especialização foi o professor Eurico Back, que era professor da Federal e da Católica em Curitiba e foi meu professor de linguística. E o Eurico Back, quando fez o curso, e esse curso ele fez em 1964, acredito, aprendeu tagmêmica. E ele começou a repensar a língua portuguesa. Era um latinista, com tese de doutorado sobre a evolução do sistema vocálico do latim para o português. Então tinha formação filológica, e era professor de português no ensino médio estadual, pelo interior. Era um professor de português, digamos, clássico. Fez o curso de especialização mencionado acima e, quando voltou para Curitiba, foi chamado pelo catedrático de língua portuguesa na Federal, que era um grande linguista, chamado Rosário Farâni Mansur Guérios, que disse: “Vocês aí, jovens, linguistas novos, que estão aprendendo essas novas teorias, por que não fazem uma gramática do português que possa ser usada na escola? Escrevam uma gramática com base nessas novas teorias”. E o Eurico Back começou a criar uma gramática do português que fosse baseada nessa teoria estruturalista tagmêmica. Obviamente, fazer uma pesquisa dessas, escrever uma gramática, não é uma coisa trivial, ainda mais se for para ser diferente. Então o professor Eurico Back convidou um ex-aluno seu, o Geraldo Mattos para ajudar. A proposta era fazer uma gramática escolar, mas baseada no estruturalismo americano. Chegou num certo momento em que perceberam a necessidade de mudanças na teoria para dar conta de fatos do português, o que é uma posição interessante. E eles começaram a fazer mudanças na teoria e não nos dados. Acharam que tinham descaracterizado de tal forma a tagmêmica que valia a pena chamar a nova teoria de Linguística Construtural. Nessa perspectiva construtural, eles fizeram uma gramática. Fez quarenta anos em 2013 do Manifesto Construtural. Quando eu entrei na faculdade, eles estavam nesse momento de dizer: “Não é mais tagmêmica, é outra coisa, é uma teoria nova”. Entramos, na realidade, não num curso de Letras em que se ensinava “Os gregos fizeram isso...”. Entramos num curso de Letras em que os professores diziam: “Vejam o que eu descobri hoje...” Eu lembro de que o Geraldo um dia disse: “Descobri hoje um nível de análise novo. Você analisa sentença, analisa palavras, analisa sintagma, locuções e tal, mas há um nível novo que eu descobri e vejam como funciona...” E funcionava segundo as regras dos outros níveis. Éramos alunos de graduação, imersos em um projeto de pesquisa em que não se era só espectador de certo modo, porque havia envolvimento e alguns alunos eram selecionados para participar mais efetivamente da pesquisa. Era curso noturno, éramos uns 40 e tantos na sala e havia dois ou três interessados de fato, como em todo curso. Uma parte do pessoal estava lá só para ter o diploma, e, na época, uma parte do pessoal estava lá para investigar e fazer acompanhamento de atividades políticas. Eu estou

falando disso aí em 1969, 1970, 1971. Alguns alunos se formaram e foram trabalhar com Literatura e alguns foram trabalhar com Linguística. Colegas conseguiram certa notoriedade, como o Carlos Alberto Faraco, que era meu colega de turma, e o Flávio Arns, que agora é vice-governador. Faraco, Flávio e eu trabalhamos no cursinho juntos, em 1970. Então, nós entramos num curso de Letras em que o Eurico Back dava aula de Linguística e explicava tagmêmica e metodologias de análise linguística de pesquisa, de obtenção de dados, descrição aplicada ao português, aplicada às línguas indígenas. E o Geraldo Matos dava aula de Língua Portuguesa e nunca falava de Gramática Tradicional. Só falava de Gramática Tradicional para dizer: “olha como essa análise não funciona. Olha como essa análise é estúpida, porque não é assim que a coisa funciona. Veja como a língua funciona de verdade.” Este tipo de reflexão, hoje em dia, torna-se possível, talvez, na iniciação científica. O curso de Letras que eu fiz foi, na verdade, uma grande iniciação científica. Isso explica uma porção de coisas. E explica como a gente viveu, enfim, numa Universidade, num curso de Letras muito diferente do que acontecia no resto do Brasil (do Oiapoque ao Chuí), em que quando se havia um linguista, havia toda a reação dos não-linguistas – o que continua acontecendo em muitos lugares. E, em nosso curso, isso não existia, porque não existia o não-linguista. Isso também explica o tipo de postura básica que a linguística da UFPR assumiu e tem conseguido manter: há um ensino de graduação tanto quanto possível voltado para a pesquisa desde o início. Então os nossos alunos de Letras da UFPR estão o tempo todo em contato com pesquisa mesmo, participando de eventos. Ninguém está inventando teoria linguística, o que seria interessante até se fizesse, mas você vive num clima de iniciação científica, em geral, e não há distinção entre professor de língua portuguesa e de linguística. O professor de Linguística é o professor de Língua Portuguesa. Na Linguística, trabalha-se um pouco mais com teoria, com conceituação e no curso de Língua Portuguesa trabalha-se mais com aplicação, coisa desse tipo. A gente consegue, eu acho, um curso diferenciado. Isto existia na Católica, e eu estou falando da Católica do começo dos anos 1980. Não sei como está atualmente, mas na Federal esse direcionamento continua, até porque os professores da Católica foram aos poucos passando para a Federal, com algumas poucas exceções. Faraco, Flávio Arns, José Luiz Mercer, David Mandryk, Basílio Agostini, todos da minha geração foram para a Federal. O Eurico Back já era professor da Federal, o Geraldo Mattos passou para a Federal no mesmo ano que eu, e o grupo foi todo sendo transplantado. Durante um tempo, trabalhei na Católica e na Federal, depois não fazia mais sentido ficar na Católica. Então, a minha caminhada como linguista em construção se dá, em parte, desse jeito. Formalmente, em 1975, começou a funcionar o curso de pós-graduação em Linguística na Federal. Não era um curso de pós-graduação em Linguística na época. Era um curso de pós-graduação em Língua e Literatura Inglesa. Era um mestrado em Letras, mas com área de concentração em língua e literatura inglesa. Mas, em 1975, veio um professor canadense muito interessante por um lado e uma pessoa difícilíssima por outro, um briguento, chamado John Martin, que não conseguiu ficar em lugar nenhum no Brasil e voltou para os Estados Unidos. Ele esteve na Unicamp, na PUC de Campinas, em Santa Catarina, na Federal do Paraná. Ele rodou uma série de Universidades e não conseguiu ficar em nenhuma, porque brigava com todo mundo o

tempo todo. Mas ele era um gerativista de primeira hora e não era um chomskyano, porque há uma diferença entre ser gerativista e ser gerativista chomskyano. O gerativista chomskyano fica esperando o que o Chomsky diz pra dizer igual; o gerativista pode pensar sozinho, baseando-se nos primeiros postulados de Chomsky. E o professor John Martin era gerativista, fazia uma análise que não era chomskyana, mas uma análise muito interessante. Propunha uma série de reflexões interessantes sobre linguagem e começou a dar aula nesse programa de pós-graduação. Ministrava introdução à linguística. Lecionava em inglês, já que era um curso de pós-graduação em língua e literatura inglesa. Mas não focava somente a gramática do inglês; tentava analisar o português. E eu via esse curso como aluno-ouvinte. O Faraco fazia, ele era matriculado no curso; o Flávio Arns, inclusive, é o autor da primeira dissertação de mestrado defendida no curso. E eu fui assistir às aulas desse cara com muita dificuldade, porque trabalhava muito nessa época. Foi o ano em que nasceu o meu filho, e tinha que dar conta de família, de aula no Colégio Santa Maria, de aula na Universidade Católica. Cheguei a dar 56 aulas por semana. Era difícil conseguir assistir às aulas do Professor Martin. Mas um dia esse professor chamou o Faraco e disse “não perca tempo nesse curso aqui. Se você quer aprender linguística, vá para a Unicamp”. O Faraco ouviu, e em 1976 foi para a Unicamp e fez o mestrado lá. O Faraco foi para a Unicamp e a gente trocava cartas (uma coisa que as pessoas não sabem mais o que é hoje). Ele escrevia de lá, eu escrevia daqui e tal. Telefone é que era raro, o negócio era carta mesmo. E aí eu, durante o ano de 1976, tentei organizar a minha vida, o que não foi fácil, porque em março de 1977 nasceu a minha filha e eram duas crianças. Mas consegui organizar a vida de tal modo que em março de 1977 fui pra Campinas e levei a família. A minha filha tinha 11 dias de vida. Na Universidade de Campinas fiz uma formação em linguística mais sólida, em que os professores conheciam a ciência linguística e na época a Unicamp era um centro de atração internacional, onde circulava muita gente. No meu mestrado na Unicamp, conheci inclusive o Pike, que inventou a tagmêmica. Conheci o Ducrot, fiz curso com ele. O Maurizio Gnerre na época era professor na Unicamp, agora é professor na Universidade de Nápoles. Conheci o Marcelo Dascal, que causou uma série de reopções e redirecionamentos em minha carreira de pesquisador. Então, circulavam pesquisadores estrangeiros por lá, muita gente interessante. Valeu a pena fazer o curso lá. Para minha formação foi importante ter passado por Campinas. O meu interesse era fonologia, inicialmente, mas já rapidamente mudou para semântica e para um trabalho com teorias da linguagem, um trabalho mais “abstrato”. O Marcuschi que me disse uma vez: “mesmo quando você faz linguística, você faz como um filósofo”. Eu sempre achei que eu era as duas coisas, eu estou me assumindo cada vez mais como filósofo mesmo. Talvez seja interessante saber um pouco sobre a formação do curso de pós-graduação da Unicamp, que teve uma história interessante, uma história que só podia ter acontecido lá e naquela época. Acho que fundaram a Unicamp em 1969; quem fundou foi o Zeferino Vaz. Ele foi encarregado, pela ditadura militar, de acabar com a organização estudantil na Universidade de Brasília. Ele foi colocado na Universidade de Brasília para acabar com o foco subversivo, um grupo de comunistas da Universidade de Brasília (Eu estou sendo irônico, tá? Às vezes a gente tem que explicar.). E o Zeferino Vaz conseguiu. Chamou todos os

professores da Universidade de Brasília e disse: “o Governo Militar está exigindo que eu demita certo número de subversivos, mas eu já negocie com os militares, e eles aceitam que eu não demita todos os que precisam ser demitidos. Se eu demitir 10% das pessoas que estão numa lista aqui, eles aceitam... [mais ou menos assim]. Vocês aceitam isso?” Os professores disseram: “não”. O Zeferino demitiu lá uma meia dúzia de professores para acalmar os militares, achando que isso poderia satisfazer os professores também. Mas, eu não sei o número exato, mas acho que uns 300 professores demitiram-se no mesmo dia da Universidade de Brasília. Muitos professores foram para outras universidades. Um deles é o Aryon Rodrigues, que foi para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Lá havia uma área de Antropologia muito forte e criaram o programa de linguística antropológica, linguística indígena, que ainda existe até hoje, tocado por gente muito interessante e competente. Criou-se, então, um programa de pós-graduação em linguística no Museu Nacional. Em 1972, houve divergências no Museu Nacional, e os linguistas se retiraram do programa. Em janeiro e fevereiro de 1973, houve um Instituto Brasileiro de Linguística (VI IBL) em Florianópolis. Eu participei desse Instituto Brasileiro de Linguística. Eu era recém-formado e fiz um curso de gramática gerativa com o Paulino Vandresen e um curso de Sociolinguística com o Jürgen Heye. Nesse instituto de linguística, boa parte do pessoal do Museu Nacional, professores e estudantes, estavam presentes. Os estudantes cursaram disciplinas, alguns foram colegas meus em disciplina. Aryon, Bryan Head e Antonio Carlos Quíco lideram aula. Quando terminou o Instituto, professores e estudantes do Programa do Museu Nacional foram para Campinas e em março de 1973 começou a funcionar o programa de pós-graduação em Campinas com professores e alunos do Museu Nacional. Fizeram uma escala de dois meses em Florianópolis e baixaram lá. Já existia um programa de pós-graduação na Universidade de Campinas, mas era precário. De novo, aquela coisa de construir de ponta-cabeça. A Universidade de Campinas criou o curso de pós-graduação, contratou alguns professores; na realidade, quatro professores sem qualificação formal. Fez um convênio com o Governo Francês ou com universidades; os quatro fizeram doutorado na França e as universidades francesas mantiveram sempre dois professores franceses como docentes na pós-graduação em Campinas. Então havia uma pós-graduação “francesa” na Universidade de Campinas enquanto os professores campineiros iam se qualificar. Isso durou um tempo. Nesse intervalo, vieram os colegas do Museu Nacional. Esses quatro professores da Universidade de Campinas eram Carlos Franchi, Rodolfo Ilari, Carlos Vogt e Hakira Osakabe. Os quatro foram contratados e foram cursar o doutorado na França. Como reforço, veio Bryan Head, veio o Quícoli, veio o Aryon Rodrigues. Tão importante quanto os professores eram os alunos que chegavam a Campinas vindos do Museu: Raquel Fiad, Bernadete Abaurre, Marco Antonio de Oliveira, Tania Alkmim, só para citar alguns. Começaram no Museu Nacional a pós-graduação e terminaram na Universidade de Campinas. E uma boa parte deles tornou-se professor da Unicamp. O Marco Antonio de Oliveira foi para Minas depois de um tempo. Há dois tipos de professor na Unicamp. Por exemplo, a Ester Scarpa e o Luís Cagliari eram alunos dos franceses. Eles eram dessa primeira fase do curso, a parte “nativa” do curso. A Bernadete, Raquel, Tania Alkmim, Marco Antonio, Vera Maia, Clarice Sabóia eram do Museu Nacional. Então, além de tudo,

na época em que eu cheguei lá, havia corpo docente com formações diferentes. Alguns com formação antropológica, porque tinham vivido no Museu Nacional; alguns com formação francesa -tinha gente como o Quícoli, por exemplo, com formação americana (era, e é ainda, professor na Universidade da Califórnia). No meu Mestrado, tive contato com Marcelo Dascal, que ficava um ano em Campinas, um ano em Israel. Ele alternava os períodos. Enfim, há uma série de fatores, de contingências que me levaram a um tipo de formação peculiar, devido ao histórico da Unicamp. Em parte houve o acaso.

Entrevistadora: Os acasos tecem a história!

Prof. Borges: E, além disso, tive colegas durante o mestrado que foram e são pessoas bem conhecidas, que são e que foram importantes também nesse contexto; que não eram exatamente colegas de sala, de turma, mas contemporâneos. O Wanderley Geraldi, a Ligia Negri, o Sírio Possenti. Conheci o Sírio lá, no mestrado, duas turmas antes da minha. A gente se conheceu na época de estudante.

Entrevistadora: E o Professor Ilari?

Prof. Borges: O Ilari foi meu professor de Semântica no mestrado e ele foi muito importante, porque no currículo estava clara a necessidade de uma abordagem semântica sempre via lógica, tanto que não havia disciplina “Semântica”. As disciplinas chamavam-se Lógica e Linguagem I e Lógica e Linguagem II, e eram ministradas por alguém que tivesse formação nas duas direções. O Marcelo Dascal deu essa disciplina. Ele era, numa certa época, professor de filosofia na Universidade de Tel-aviv, era professor de lógica numa escola para superdotados e tocava clarineta numa orquestra. A típica formação cultural de judeu. O Marcelo Dascal dava essa disciplina e o Ilari foi seu assistente (alguém que corrigia exercícios, fazia uma espécie de trabalho braçal). Segundo o Ilari, a experiência valeu pelo que ele aprendeu de lógica. Mas, quando eu cheguei, essa disciplina passou a ser dada por duas pessoas: um linguista e um lógico. O linguista era o Ilari. E o lógico era um professor da filosofia chamado Luís Henrique Lopes dos Santos, que foi fantástico. O Luís Henrique era um lógico interessado em linguagem. Ele não era um linguista, ele era um lógico que pensava a linguagem. E era um rapaz novo, não era doutor. Não precisava ser doutor para dar aula em pós-graduação, na época. E foi muito importante para a minha formação. E o Ilari era um linguista interessado em lógica. E o curso foi muito interessante,

porque embora ele funcionasse como se fossem dois cursos paralelos - uma aula era do Luís Henrique, a aula seguinte era do Ilari, a outra aula era do Luís Henrique - os assuntos se aproximavam de um jeito ou de outro. É quase um curso “dois em um” perfeito. E esse curso me tirou da fonologia. Isso e o fato de que o curso de Fonologia que eu fiz com Aryon Rodrigues foi muito convencional e introdutório. Logo como calouro do mestrado eu fiz Fonologia e Fonêmica, com Aryon Rodrigues, e o curso era mais fraquinho que o curso que eu dava a cinco anos na Universidade Católica, quando eu trabalhava com Fonologia. Talvez não fosse a mesma coisa para os outros alunos, mas para mim, para o que eu já sabia de Fonologia, o curso foi introdutório demais, e isso me desencantou com a Fonologia. E quando apareceu a Semântica, fiquei mais interessado”. Larguei a fonologia de vez. O Ilari teve um papel decisivo.

Entrevistadora: Professor, e o seu curso de doutorado?

Prof. Borges: Isso é um caso interessante. Era para eu ter terminado o mestrado no começo de 1979 e atrasou, porque acho que foi a época em que o Maluf assumiu o governo de São Paulo e houve greve, uma série de complicações. Então concluí perto do meio do ano de 1979, mas eu já havia voltado para Curitiba no fim de 1978. Voltei para Curitiba, voltei a trabalhar na Católica. E no segundo semestre passei a trabalhar na Federal. Fui convidado como professor visitante na Federal. Visitante era a mesma coisa que colaborador, temporário, ou coisa parecida. Como eu já tinha mestrado, recebia o título de visitante e tinha um contrato de 40 horas. E fiz o contrato de 40 horas na Federal, quando eu tinha 20 na Católica. Para se ter uma ideia, o salário de 20 horas na Católica era um pouquinho maior do que o de 40 na Federal. Eu tinha uma situação especial na Católica, porque eu era mestre. Ninguém era mestre. Então eu trabalhava na pós-graduação como professor do mestrado, eu ganhava 20 horas, mas não dava 20 aulas, que era o que acontecia com o pessoal. Eu trabalhava sexta à tarde e sábado de manhã e ganhava 20 horas. Quando o professor ganhava x pra dar aula, eu ganhava x + 20% porque a aula era na pós-graduação. Era um belo salário na Universidade Católica para trabalhar na pós-graduação.

Entrevistadora: Tratava-se de um mestrado, então?

Prof. Borges: A PUC já tinha mestrado em Linguística e Língua Portuguesa. Em Linguística, o primeiro de Curitiba, porque o da Federal era em Língua Inglesa. O da Federal só passou a ter Linguística em 1985. Até 1985 era Língua Inglesa. E eu trabalhava

na Católica no Mestrado em Linguística, que é o mais antigo. Eu ia falar agora do doutorado. Pois é. Então, eu trabalhava no mestrado e trabalhava na graduação da Católica. Entrei em 1979 na Federal, continuei trabalhando na pós-graduação da Católica por certo tempo. E aí começa a pressão: “ah, você tem que ter o doutorado, porque a carreira tem que seguir.” Em 1980, o Faraco foi para a Inglaterra cursar o doutorado. Tive até os primeiros contatos para fazer o doutorado no exterior: uma primeira alternativa era a Alemanha, para trabalhar com semântica de Montague, inclusive. Em fevereiro de 1980 nasceu minha terceira filha e aí, mulher, três filhos, não é exatamente fácil nem cômodo sair. Foi então que apareceu a oportunidade de voltar para a Unicamp e fazer o doutorado. Eu voltei pra lá em 1982 para fazer o doutorado, ainda sem saber exatamente o que pesquisar. Eu tinha assim algumas ideias. Eu tinha, na realidade, um problema. Isso é legal, porque o problema surgiu a partir da leitura de um livro de introdução à gramática gerativa de uma pessoa pouco conhecida fora da UFRJ. Não era um linguista, era um curioso nessa área de linguística, professor da UFRJ, aposentado de lá há muito tempo, inclusive, chamado Carly Silva. Em seu livro “Introdução à Gramática Gerativa”, o Carly diz coisas do tipo: “a gramática gerativa é um panorama em constante mudança” ou “as teorias são substituídas de tempo em tempo” e coisas parecidas. Legal. E como é que eu sei o que é a gramática gerativa? A gente sabe na semântica que o “o” e o “a” indicam uma e apenas uma entidade saliente no contexto. Então tem “a” gramática gerativa. Mas, se for um panorama em constante mudança, como será “a” gramática gerativa? O que não muda para que continue sendo a mesma? Essa era a minha questão. Então, apresentei como projeto investigar o que muda e o que não muda. Como é possível falar disso? O Ilari achou que dava. E aí eu fui para a filosofia da ciência. Era um trabalho de história e filosofia da ciência aplicado à linguística. Então o meu doutorado é nessa área. Eu faço uma história da gramática gerativa, que vai dos anos 1950, desde 1954, quando surgiu aquele livrão que o Chomsky nunca conseguiu publicar, *The Logical Structure of Linguistic Theory*, até meados dos anos 1980, o que dá uns 30 anos de gramática gerativa. Eu confesso: eu li tudo o que eu consegui achar do Chomsky. Tudo o que eu consegui ler, porque tem muita coisa que o Chomsky escreveu e que a gente não consegue ler, porque publicou na Coreia, publicou não sei onde, enfim. Mas o que é principal, os livros, eu li tudo e fiz a cronologia toda, apliquei um modelo de história da ciência para organizar o quadro e para mostrar o que mudava e o que não mudava. Tentei mostrar porque a gente podia dizer que há uma linha mestra, imutável, defendida com unhas e dentes pelo Chomsky, enquanto um monte de outras coisas são descartáveis. Assim, é como se Chomsky pensasse: “não tenho nenhum compromisso com isso, isso não importa, isso é empírico, joga fora” e ao mesmo tempo não abrisse mão de outras coisas. Há coisas que estão em 1954 que continuam em 2013. E tem uma parte que não, muita coisa vem sendo jogada fora, substituída, ao longo dos anos. Infelizmente, a parte que mais é destacada pelos professores de gramática gerativa é o que é descartável, que é a parte técnica, que é a parte descritiva. O núcleo, o que é ideológico, é filosófico, é notavelmente estável. Chomsky não abre mão nunca é de que existe uma gramática na cabeça das pessoas e essa gramática pode ser representada por um cálculo. Como é esse cálculo? Isso é objeto de hipóteses empíricas. A teoria de 1957 fazia de um certo jeito. Não

interessa, em 1957 era assim e agora não é mais, porque essa proposta não funcionava. Mas vá lá dizer que não é um cálculo, vá lá dizer que não é uma coisa que está na mente, que não é inata, aí o Chomsky vai rodar a baiana, vai sair batendo.

Entrevistadora: Qual foi o tema da dissertação?

Prof. Borges: Na dissertação do mestrado, eu ia falar de fonologia, mas acabei desistindo. Na realidade, eu fiz um curso com Carlos Franchi, um curso chamado “Modelos de Análise Linguística”, em que ele comparou modelos de análise. Foi um curso muito interessante, daqueles cursos que abrem perspectivas, abrem horizontes. Eu fiquei muito encantado com aquilo tudo. E disse que queira ser orientado por ele. Ele queira saber qual seria o assunto. Aí eu comecei a falar de umas coisas que eu estava imaginando e ele disse: “não, não. Então vamos fazer o seguinte: eu te dou uma semana, você volta daqui a uma semana com quatro projetos de dissertação. [Quatro projetos de dissertação!] Não precisa ser grande, mas assim, uma meia página escrita com o que seria a dissertação, um assunto de dissertação. E eu levei os projetos. E ele achou que poderia ser interessante um projeto para semântica do sintagma nominal, estudar tudo o que aparece no sintagma nominal, trabalhar com relações sintáticas e semânticas. Era um projeto mais ou menos assim. Nem lembro direito. E aí ele disse: “então tá. Fica sendo esse. Você vai fazer o seguinte: comece a trabalhar com o sintagma nominal. Você vai fazer listas de sintagmas nominais e vai começar a trabalhar todas as relações. Comece a trabalhar como um estruturalista trabalha: classes, substituição, análise distribucional. Comece a fazer isso no sintagma nominal para ver o que acontece.” Consegui realizar um trabalho sobre os quantificadores, um trabalho sobre os possessivos. E no fim pesquisei só o adjetivo. A dissertação foi publicada um tempo mais tarde, já nos anos 1990, na Unicamp, na editora da Unicamp. Está esgotadíssima já há muitos anos. Eu trouxe para a biblioteca daqui um exemplar numa das últimas vezes que vim aqui. Então, o meu mestrado é sobre o adjetivo. Eu identifico dois tipos de relação semântica entre adjetivo e nome: uma relação que é, de certo modo, extensional. Quando eu digo “João é brasileiro”, eu estou dizendo que há um conjunto dos brasileiros e o João pertence a esse conjunto. Mas, às vezes, não dá pra dizer. Às vezes dá, às vezes não dá. Se digo “Fritz é um soldado alemão”, estou dizendo que o Fritz é soldado e é alemão, ao mesmo tempo. Assim como se fosse uma intersecção do conjunto dos alemães com o conjunto dos soldados e o Fritz tá ali, na intersecção dos conjuntos. Tanto que eu posso dizer: “Se Fritz é um soldado alemão, então Fritz é soldado e Fritz é alemão.” Mas imagine uma historinha assim: o Fritz briga com a namorada e se alista na legião estrangeira da França. Ele vai lá para a Córsega, como soldado da legião estrangeira. Então eu posso dizer que o Fritz é um soldado francês. Mas o Fritz não é francês. Eu não posso concluir que o Fritz é francês. E fica interessante, porque eu posso dizer: “Fritz é um soldado francês alemão”. E, portanto, pensando só nesses casos, há dois tipos de pátrio. Não necessariamente duas classes, porque a gramática já ia querer dividir em classes. Não é

classe: eu tenho relações semânticas diferentes. A relação semântica do João com alemão é de inclusão: ele é alemão. A relação do João com o francês é intermediada pelo soldado: é que o francês aí dá uma espécie de tipo de soldado. E o João é esse tipo de soldado. Ele está incluído na classe “soldado francês”. Então eu tenho relações semânticas distintas dentro das expressões. E o adjetivo tem duas funções. João é cego. João é cego porque a mulher dele namora todo mundo e ele não vê. Ele não é cego. Ele é cego, mas ele não é cego. Então cego dá duas leituras. Não estou querendo lançar mão de conceitos como metáfora, não. Estou querendo lançar mão de relações distintas entre adjetivo e nome. É esse o assunto da dissertação. Fiz certo sucesso, sabe? Muita gente, inclusive a Graça Rio-Torto, da Universidade de Coimbra, recentemente me disse: “Você não sabe, mas eu tenho a tua dissertação de mestrado” Eu disse: “é rara, porque está esgotada há muito tempo.” E ela: “Eu sei que é rara, mas está lá guardadinha.”

Entrevistadora: Seria importante uma nova edição dessa pesquisa. A configuração dos cursos de Letras mudou. Os alunos carecem de reflexões como as que o Senhor propôs. Acho importante inclusive contextualizar a obra e talvez até explicitá-la para essa nova geração de estudantes.

Prof. Borges: Eu não sei ainda o que fazer. Não sei se vale a pena uma nova edição. Acho que o interesse seria mais histórico do que científico.

Entrevistadora: Talvez fosse importante atualizar para esse público novo.

Prof. Borges: Não sei como eu poderia fazer isso. Eu precisaria ver, voltar ao problema. Praticamente seria reescrever o trabalho. Assim, eu não tenho ideia do trabalho que daria, porque nunca mais retomei o assunto.

Entrevistadora: Ou, então, inserir o jovem nesse universo de pesquisa.

Prof. Borges: Talvez valha a pena verificar. É um livrinho fininho. A dissertação mesmo tem 80 páginas, nem isso. Sinceramente, não sei como poderia lidar com isso. Eu tenho um livro “Ensaio de filosofia da linguística”, que também está esgotado, inclusive na minha casa. Eu tenho só um exemplar que eu rabisquei todo para eventualmente fazer uma segunda edição. Eu fui marcando todos os erros, e é o único que eu tenho.

Entrevistadora: Nós gostaríamos de propor a publicação da segunda edição da obra, com certeza.

Prof. Borges: Os “Ensaio de filosofia da linguística” é da Parábola. Mas eu acho que eles não vão reeditar.

Entrevistadora: E sobre o ensino da gramática na educação básica.

Prof. Borges: Trabalhei a questão no texto que apresentei no X Celsul. São três tipos diferentes de conteúdos na escola. Há os conteúdos úteis: alfabetização, ler, escrever, saber aritmética, isso é útil, porque a gente precisa na vida da sociedade civilizada. Porque o homem medieval não precisava saber, mas hoje não saber ler atrapalha enormemente a pessoa. Saber ler é fundamental. E contar também, enfim. Então a escola trabalha com conteúdos, que são obviamente prioritários e fundamentais. Então, alfabetização, ler e escrever. Ler e escrever não é igual a agulha do disco faz, ou o laser, que transforma o signo em som. Não é isso. Saber ler e escrever é pegar um texto e entender o que está dito no texto. E saber escrever um texto com o mínimo de coerência, enfim. Então, o segundo grupo de conteúdos, que são os da questão cultural. Não é útil, no sentido da aritmética ou da alfabetização, saber quem descobriu o Brasil. Mas, quem não sabe quem foi que descobriu o Brasil, de algum jeito é menos do que quem sabe. Existe uma cultura a ser aprendida. Que marca identidade social, que marca pertença à comunidade. Pertencer à comunidade é compartilhar certo grupo de conhecimentos e, de algum jeito, há conteúdos que a escola tem que repassar para que as pessoas pertençam à comunidade. No caso da língua portuguesa, eu acho que é a norma padrão. Alfabetizar quer dizer ensinar a ler e escrever, ensinar a ler qualquer tipo de texto, num número maior, quanto maior, melhor, de gêneros textuais, e escrever também um número cada vez maior de gêneros textuais. Isso é alfabetização no sentido em que uso o termo, letramento, uma coisa por aí. Agora, saber escrever textos em norma padrão seria o segundo tipo de conteúdo, entender que isso é norma padrão, entender que o Chico Bento não fala a norma padrão. E aceitar que existem normas diferentes da padrão. Domínio da norma padrão é tarefa da escola também. E a gente sabe que, embora não seja útil como o letramento e o domínio das operações aritméticas, se a pessoa não dominar a norma padrão, ela não consegue ser caixa de banco. Ela sofre limitações de emprego, uma série de coisas, não passa no vestibular porque se exige a norma culta, não passa num concurso pra não sei aonde. Não passa num concurso para gari, porque eles fazem prova de português num concurso para gari. Então, saber a norma culta é importante, embora não seja útil como a alfabetização. Há conteúdos como história, geografia, de fundo cultural importantes, mas não necessariamente úteis. E há um

terceiro grupo de conteúdos, que é de iniciação científica, que servem para as pessoas verem o mundo sob a ótica da ciência. Por exemplo, física, química e biologia. Pra que se ensina biologia na escola? Para que a pessoa entenda, por exemplo, o que o médico diz quando usa a expressão “sopro na aorta”, por exemplo. A disciplina biologia na escola serve para explicar como funciona o mundo, o organismo. Por que não ter na escola uma disciplina que trabalhe com a compreensão de como funciona a linguagem? A linguagem é parte importante do mundo. Em iniciação científica, olhar científico sobre linguagem é gramática. Não se trata de gramática tradicional, nem de gramática escolar. Mas num sentido amplo é gramática. Pode ser texto, pode ser discurso. Pode ser texto ou discurso, com um olhar de compreensão da realidade. O que tem que mudar é a perspectiva, a perspectiva da iniciação científica. Você pode fazer iniciação científica estudando sentenças ou palavras e você pode estudar sentenças e palavras sem fazer iniciação científica. Portanto, não é o quê, é o como. O que eu acho do ensino de gramática na educação básica? Acho que é preciso mudar o “como”. Não é ensinar o coletivo de camelo, mas talvez discutir a ideia de coletivo, se é que é para falar em coletivo. Não sei se precisa. Observar a linguagem, fazer hipóteses sobre a linguagem, fazer uma hipótese de funcionamento. Então vamos testar. O Pablo me contou uma historinha legal hoje: a sobrinha da noiva dele, de três anos de idade, chegou para a noiva, que estava tomando sorvete, e disse: “eu gosto de sorvete também”. O exemplo surgiu porque estávamos discutindo abordagem formal, estudando o papel do também, palavra que desencadeia pressuposições anafóricas. Essa criança soube desencadear as pressuposições anafóricas, que esse também indica: além de você, existe mais alguém que gosta de sorvete. Pela frase que diz, ela lança uma implicatura do tipo: escuta, você não vai me oferecer sorvete? É fantástico o que ela faz. A gente teria que entender como é que isso funciona. Mas não é dizendo: “olha, na gramática...” Não. É observando o caso, achando interessante o caso e aí tentando achar alguma explicação. Não interessa se ela é boa ou se é ruim. Se ela é verdadeira ou falsa. Mas, na iniciação científica, o importante é procurar a explicação: Por que é que isso acontece. Como é que funciona isso. Uma criança que olha a pessoa tomando sorvete e diz “eu gosto de sorvete também”, o que ela faz? Que etapas tem o raciocínio dela? Que coisas ela está dizendo sem dizer? Que coisas estão subentendidas, pressupostas, implicadas, implicaturadas? Então, a investigação é o que interessa. Se é para ter gramática na escola, ela tem que ser com esse viés de iniciação científica. Se não, não precisa, porque para saber como é que os gregos classificaram as palavras no século I a. C. não precisa. Não vou perder tempo com isso.

Entrevistadora: Eu tenho dúvidas se é possível esse tipo de reflexão na própria graduação, hoje em dia.

Prof. Borges: Eu acho o seguinte: pegue os textos que os alunos lá de quarta série são obrigados a ler. Veja o que eles leem de geografia, o que eles leem de história, o que eles leem nas outras disciplinas e os textos da disciplina de português. Os textos de história são normais, com terminologia técnica, não são textos simplificados. E os textos de português são textos sempre simplificados (com glossários e outras invenções). Se precisa ter glossário, porque não ir direto ao dicionário?).

Entrevistadora: Mas, professor, como resolver a questão? Seria preciso constituir um grupo de pesquisa?

Prof. Borges: Óbvio. Os professores precisariam fazer linguística, tá certo? É isso que a gente tem que fazer. Eu, por exemplo, li com os alunos hoje um texto, em inglês sobre o *too* em inglês. Sentenças como “Sam is having dinner in New York too”. O que significa esse “too”? “João estava almoçando em São Paulo também”. Em que contextos eu posso dizer isso? Se eu disser aqui para vocês: “Ah, o Alexandre está almoçando em São Paulo também”. Isso é um ato de fala infeliz, porque não significa nada. Não faz sentido, vocês vão dizer: “ele tá louco”, por que dizer que o Alexandre está almoçando em São Paulo também? Para que “O Alexandre está almoçando em São Paulo também” faça sentido, é preciso que haja alguém saliente no contexto, de quem a gente já falou antes, e que esteja almoçando em São Paulo e que não seja o Alexandre. Isso é entender como funciona o também.

Entrevistadora: A noção dos conjuntos?

Prof. Borges: Não é a noção dos conjuntos. Não precisa ser necessariamente conjunto. Eu quero saber qual é o procedimento. O procedimento pode ser pressuposição anafórica, pode ser operador discursivo. Há uma série de análises possíveis. Um existencial como “existe um x que não é o Alexandre e que está almoçando em São Paulo”, enfim, coisas desse tipo.

Entrevistadora: A criança apreende esse funcionamento?

Prof. Borges: A criança usa, desde pequenininha, perfeitamente isso. Logo, não é uma coisa difícil. É uma coisa que criança de três anos faz. Então vamos tentar descobrir como é que essa coisa funciona. Isso é que ninguém faz. E isso é que é o importante. Também acho que muitas análises de estrutura não estão voltadas para o funcionamento da língua. Eu escrevi um texto há alguns anos que, provocativamente, caracterizava a linguística brasileira da seguinte forma: os linguistas brasileiros olham a teoria estrangeira, bonita, nova; leem alguns textos da teoria; fazem um texto de apresentação dizendo: “Olha, aqui tem a teoria x, ela funciona assim.” Aplicam em uns exemplos em português e aí aquilo ali não interessa mais, passam a procurar outra teoria.

Entrevistadora: Professor Borges, agradecemos e muito sua valorosa colaboração com a nossa revista.